



INTERVENÇÕES URBANAS COMO ESTRATÉGIA DE COMBATE AO BERIBÉRI EM VITÓRIA (1908 – 1912)

Cíntia Moreira da Costa
Mestranda em História – UFES

RESUMO: O artigo aborda as estratégias adotadas pelo Estado a fim de erradicar um “foco” de beribéri existente no Quartel de Polícia de Vitória no início do século XX. Embora importantes estudos médicos da época já apontassem que provavelmente a doença não estivesse relacionada aos miasmas, como a maior parte da comunidade científica acreditava até o século XIX, Jeronymo Monteiro, presidente do estado à época (1908 – 1912) promoveu uma completa reforma e a drenagem do entorno do Quartel a fim de erradicar a doença. A partir de 1908, Vitória passou por uma série de transformações arquitetônicas e urbanísticas como parte de uma proposta não só de embelezamento da cidade, mas também de higienização, consoante os princípios da nascente República. Dentro do espaço urbano, um trecho específico mereceu atenção diferenciada de Jeronymo Monteiro: o Mangal do Campinho e o Quartel de Polícia que ficava em suas imediações.

Palavras-chave: Beribéri; Primeira República; Higienismo; Força Policial; Vitória (ES).

RESUMEN: El artículo aborda las estrategias adoptadas por el Estado para erradicar un foco de beriberi existente en el Cuartel de Policía de Vitória a principios del siglo XX. Aunque importantes estudios médicos de la época ya señalasen que probablemente la enfermedad no estaba relacionada a los miasmas, conforme la mayor parte de la comunidad científica lo creía hasta el siglo XIX, Jeronymo Monteiro, Presidente del Estado para esa fecha (1908-1912) realizó una reforma completa y el drenaje del vecindario del Cuartel, con el objetivo de erradicar la enfermedad. A partir de 1908, Vitória sufrió una serie de transformaciones arquitectónicas y urbanísticas como parte de un plan no sólo de embellecimiento de la ciudad como de higienización, según los principios de la República naciente. En el espacio urbano, un trecho específico mereció una atención diferenciada de

Jeronymo Monteiro: el “Mangal do Campinho” (“Manglar del Campito”) y el Cuartel de Policía, que se quedaba, en sus inmediaciones.

Palabras-clave: Beriberi; Primera República; Higienismo; Fuerza Policial; Vitória (ES).

O beribéri é uma doença que se caracteriza de modo geral por enfraquecimento e dores musculares, inchaço nos membros inferiores e que pode levar o indivíduo a um quadro de paralisia. Além do comprometimento neurológico, a doença pode afetar também o coração e em casos extremos, levar o paciente a óbito. A ocorrência do beribéri está ligada à carência de tiamina (vitamina B1), ou seja: relaciona-se a um estado nutricional deficitário. A tiamina está presente principalmente em cereais integrais, castanhas diversas, carnes frescas, leite, entre outros.

Essa compreensão de que o beribéri relaciona-se a um déficit nutricional entretanto, viria apenas com o desenvolvimento de estudos no campo da Bioquímica e Nutrição, nas primeiras décadas do século XX. Desde meados do século XIX, médicos europeus, japoneses e também brasileiros relataram a ocorrência da doença e discutiram suas possíveis causas. Entre as principais hipóteses acerca da etiologia da doença, destacamos as concepções miasmática e a bacteriológica, com notável predomínio da primeira entre os médicos brasileiros até o início do século XX. A teoria bacteriológica atribuía o surgimento de patologias à contaminação por agentes externos (bactérias e outros germes). Já a teoria miasmática, considerava que o beribéri assim como boa parte das doenças conhecidas até então, seria decorrente da exposição do indivíduo aos miasmas, corrupção do ar por odores fétidos gerados pela decomposição de matéria orgânica.

Ao apontar o predomínio da concepção miasmática defendida pela chamada corrente infeccionista, Sebastião Pimentel Franco diz que

(...) ao acreditar nos miasmas, isto é, na certeza de que o ar infecto tinha correlação com o aparecimento das doenças, era preciso buscar o antídoto para esse mal. Assim os médicos diziam que a higienização e limpeza do espaço físico e das pessoas era a forma de garantir a desinfecção e, conseqüentemente, o não aparecimento das epidemias. (...) Como acreditavam que a causa das doenças era motivada pela desordem (...) tudo deveria ser regulado e fiscalizado a partir do controle das autoridades

sanitárias. Para evitar a desordem urbana, as causas naturais (a posição geográfica, os pântanos, o clima, os ares e as águas) e sociais deveriam ser controladas. Dessa forma, ruas, praças, praias, quintais, animais soltos pelas ruas, matadouros, açougues, vendas, tabernas, locais de venda e limpeza de peixes, tornam-se fontes de inquietação do poder público, que tinha que fiscalizá-los para que o ar produzido não fosse corrompido (FRANCO, 2013, p. 84-85).

No Brasil, casos de beribéri começaram a ser clinicamente estudados já no século XIX, como objeto de diversas teses de conclusão dos cursos de Medicina existentes na Bahia e Rio de Janeiro, cujo referencial teórico estava lastreado em trabalhos europeus, sobretudo franceses (Cf. LOPES FILHO, 2003, p. 271). Os índices mais elevados da doença se encontravam no Nordeste, nas províncias do interior (como Goiás), bem como entre populações restritas (asilos, colégios internos, presídios). A título de exemplo, citamos a série de pelo menos seis grandes epidemias de beribéri registradas no Colégio Caraça (Minas Gerais) entre 1862 e 1910 (Cf. MAGALHÃES, 2014 e LOPES FILHO, 2003).

Um episódio emblemático ocorreu no início do século XX no Asilo São João de Deus, Bahia. Nessa instituição destinada ao abrigo de pessoas com transtornos mentais, dois terços dos pacientes morreram de beribéri em 1904, causando comoção na população baiana. Convidado pelo estado a estudar o caso, o epidemiologista Nina Rodrigues²⁹¹ visitou o Asilo e verificou a falta de higiene e as precárias condições do edifício. A instituição localizava-se no alto de um morro que mais abaixo, era cercado de modestos casebres, também visitados pelo médico. Duas questões chamaram muito a atenção de Nina Rodrigues na ocasião: em primeiro lugar, no Asilo, somente os pacientes adoeciam de beribéri, enquanto os funcionários da instituição não eram acometidos. Outra questão importante observada foi a localização do Asilo em local bastante ventilado no alto do morro, ao contrário das casinhas na parte mais baixa, que além de não serem muito ventiladas, estavam sujeitas ao acúmulo de águas em tempos de chuva. Os moradores dessa parte baixa do morro também não adoeciam de beribéri.

A partir desse estudo, Nina Rodrigues concluiu que o beribéri ao contrário do que se imaginava, não se relacionava à pobreza, falta de higiene ou miasmas e também comprovou que a doença não era contagiosa. Nina colocou a hipótese de o beribéri

²⁹¹ Raimundo Nina Rodrigues (1862 – 1906) era um dos expoentes da segunda geração de médicos da Escola Tropicalista Bahiana, muito respeitado nas áreas de Epidemiologia e Medicina Legal.

estar de alguma forma relacionado à alimentação, porém não soube esclarecer de que modo se daria esta ligação exatamente (Cf. JACOBINA & CARVALHO, 2001).

Ao analisar as taxas anuais de mortalidade entre os pacientes e o saldo deficitário acumulado pelo Asilo São João de Deus, Ronaldo Jacobina e Fernando Carvalho levantam a hipótese de que haveria um “elo mediador” entre essas duas variáveis: “(...) a fome dos pacientes. A fome epidêmica, apesar de prévia ao asilo e agravante do quadro psicopatológico, tornou-se, de modo provavelmente involuntário, um instrumento de extinção daquela população excluída, improdutiva e onerosa aos cofres da caridade” (JACOBINA & CARVALHO, 2001, p. 120).

No Espírito Santo, ao assumir a presidência do estado, Jeronymo Monteiro²⁹² comprometeu-se firmemente com a execução de intervenções urbanas – a que ele chamava “melhoramentos” – e com o saneamento de Vitória, capital do estado. Embora reafirmasse por diversas vezes as excelentes condições de salubridade da cidade, entendia que a solução dos problemas relativos à saúde pública estava “visceralmente ligada à nossa própria existência e o desenvolvimento da nossa capital onde, como já tive ocasião de dizer, a absoluta carência do mais rudimentar conforto era o maior empecilho a que os melhores elementos do progresso aqui se viessem instalar” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 129). De fato, foi Jeronymo Monteiro quem introduziu em Vitória a luz elétrica, água encanada e esgotamento sanitário, entre outras ações relevantes.

Outro compromisso assumido por Jeronymo logo no início de sua gestão foi com a reforma do Quartel de Polícia²⁹³. Já em sua primeira mensagem ao Congresso Legislativo, enviada menos de seis meses após assumir o governo, Jeronymo externou sua preocupação com o prédio do Quartel, que exigia frequentes reparos e era considerado “foco permanente de moléstias”:

Os alojamentos dos praças e, em geral de todo o Corpo Policial reclamam sérios reparos a começar pelo Quartel Central nesta capital. Este próprio estadual, um belo edifício de construção moderna e cuja conservação, infelizmente, tem sido caríssima, devido a defeitos de sua construção, acha-se mal situado do ponto de vista estratégico e higiênico; reclama constantes

²⁹² Jeronymo de Souza Monteiro presidiu o Espírito Santo entre 1908 e 1912.

²⁹³ O Quartel localizava-se na atual Praça Misael Pena (Centro de Vitória), onde atualmente há uma sede do SESC, entre o Parque Moscoso e o Morro da Fonte Grande.

reformas e constitui um foco permanente de moléstias para os que são forçados a aí permanecer (ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 11).

O presidente apelava aos deputados, para que mesmo em face das limitações financeiras do estado, destinassem verbas para a reforma do Quartel, o que segundo ele “muito atestaria em favor da nossa civilização e dos nossos sentimentos de humanidade” (Ibid., p. 12). Jeronymo clamou pela destinação de verba específica para as obras necessárias ao Quartel, argumentando que “(...) deste modo conseguiremos evitar a perda total deste faustoso edifício e não mais assistiremos ao definhamento progressivo das pessoas que nele residem, ficando de vez, estancados os gastos constantes com os pequenos consertos e reparos” (Id. p. 12). Ao mencionar o “definhamento progressivo” dos soldados, Jeronymo faz uma clara alusão ao beribéri, embora ele só viesse a se referir nominalmente à doença, após a conclusão das obras.

O beribéri aparece citado nas mensagens dos presidentes do Espírito Santo pela primeira vez em 1895, por José de Mello Carvalho Moniz Freire:

(...) Há por isso muita gente fora daqui, supondo que temos no estado endemia de febre amarela, que o beribéri é praga permanente, que o paludismo leva a fazer safra contínua na população: não será difícil nesse andar que em breve nos atribua também uma endemia de cólera e outra de varíola. É natural que a nossa proximidade do Rio de Janeiro coloque-nos sob a ação dos mesmos flagelos a que está sujeito um vasto empório comercial como aquele, e só por isso devíamos merecer as melhores atenções do poder federal, entretanto a própria febre amarela, que ali é notoriamente endêmica, visitou-nos pela primeira vez em 1886, depois da epidemia de 1850 que estendeu-se a quase todo o Brasil. (...) Do beribéri só há poucos anos tem se manifestado alguns raros casos durante o verão, sendo talvez inferior a 10 o número anual de óbitos por essa causa, como igualmente acontece com as febres palustres em geral, que não fazem maior número de vítimas no Espírito Santo do que fazem em qualquer parte da Europa, sobre população igual, as moléstias mais benignas dentre as que ali reinam (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 7).

Nesse documento, o presidente Moniz Freire procura minimizar a relevância das endemias que assolavam o estado. Em sua fala, Moniz considerou exagerada e maledicente o uso do termo endemia para os casos de febre amarela, malária e beribéri no estado, visto que em sua avaliação, tratavam-se de ocorrências esparsas. O beribéri só voltaria a ser mencionado novamente numa mensagem do executivo capixaba durante a gestão de Jeronymo Monteiro (1908 – 1912).

Quanto ao Quartel de Polícia de Vitória, este havia sido construído em fins do século

anterior, durante a primeira gestão do presidente Moniz Freire²⁹⁴. Em seu segundo período à frente do executivo estadual, Moniz Freire (1900 – 1904) reconheceria o desacerto da obra, imputando no entanto a seu antecessor, a responsabilidade pela escolha do terreno e realização do projeto:

As edificações para o Congresso e para o Quartel de Polícia e Cadeia, uma já se achava em andamento, e a outra ordenada, quando começou o primeiro quadriênio governamental. Ambas vinham atender a necessidades urgentes, pois que (...) o Corpo de Polícia se achava disseminado em casebres situados num quarteirão da cidade, fora de todas as condições, as mais elementares de higiene, ordem e disciplina. A escolha do local para o quartel foi infeliz sob o ponto de vista da economia e as suas proporções planejadas muito em desacordo com as exigências reais: daí o custo elevado da obra. (...) O que se deu depois [do início das obras], todos o sabem – de um lado, encarecimento prodigioso da mão-de-obra e de todos os materiais (...); de outro o recomeço constante do trabalho de longas semanas e até de meses, devido à frequente soterração (sic) e desabamento de alvenarias concluídas, determinados pela natureza do terreno: não é de admirar que o orçamento primitivo tenha sido muitas vezes excedido (ESPÍRITO SANTO, 1901, p. 33).

De fato o projeto era grandioso, inadequado para as dimensões do Corpo de Polícia e sobretudo excessivamente dispendioso para os cofres do estado. O terreno de solo instável, localizado no sopé da Fonte Grande²⁹⁵, em tempos de chuva tornava-se alagadiço, com a umidade recobrando as paredes de pedra e o assoalho de madeira.

O Quartel fora construído para abrigar o Corpo Militar de Polícia²⁹⁶. Em trabalho sobre o cotidiano e a composição da Polícia Militar do Espírito Santo durante o Império, Josette Baptista afirmou que “definitivamente pode-se afirmar que o ofício policial na Província do Espírito Santo era destinado aos homens jovens e livres, majoritariamente não brancos, pertencentes às camadas econômica e socialmente menos privilegiadas” (BAPTISTA, 2009, p. 104). Não temos dados consolidados que caracterizem os policiais do estado durante o início da Primeira República, mas segundo Baptista, que trabalhou com dados do período imediatamente anterior (1868 – 1889), cerca de 75% dos recrutados tinha entre 18 e 29 anos, sendo 8,4% entre 14 e 17 anos. Do total de policiais durante esse período, 77,9% eram solteiros

²⁹⁴ José de Melo Carvalho Moniz Freire governou o Espírito Santo por dois períodos: 1892 – 1896 e 1900 – 1904.

²⁹⁵ A Fonte Grande é um maciço montanhoso com rica cobertura florestal, localizado no centro da Ilha de Vitória.

²⁹⁶ Denominação que a instituição recebeu em 1908.

(Cf. BAPTISTA, 2009). Lembramos ainda que ao tempo de Jeronymo Monteiro, o policial residia no Quartel em que servia.

Ao encerrar seu mandato, Jeronymo Monteiro em mensagem dirigida ao Congresso Legislativo Estadual prestou detalhados informes sobre a reforma empreendida no Quartel e em seu entorno. Finalmente nesse trecho do documento, o presidente do estado admitiria a existência de um número elevado de casos de beribéri:

O edifício do Quartel de Polícia de vastas proporções e de construção nova, foi sempre alvo de constante preocupação do Governo, visto que ameaçava ruir a cada passo, devido à inconsistência do terreno em que se assenta. Em 1908 foi ele objeto de vários reparos, o intuito de evitar sua ruína e principalmente para o fim de melhorar as suas condições higiênicas. O Quartel era um foco permanente de beribéri que dizimava a força nele alojada (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 269).

O prédio constantemente sujeito a alagamentos e excesso de umidade e cujos vigamento e telhado ameaçavam desabar, foi inteiramente reformado. As vigas e o piso foram trocados, paredes internas reconstruídas, calçamento externo realizado. Os alojamentos dos praças, cozinha, refeitório e demais dependências também foram totalmente reformados e receberam mobiliário novo. O terreno à volta do prédio foi drenado e aterrado, e a água que banhava a região, canalizada. Também foram instalados no Quartel, luz elétrica, banheiros e esgotamento sanitário, que antes não havia. Quanto aos soldados e oficiais que lá serviam, estes receberam fardamento e armamento novos.

Jeronymo concluiu seu mandato acreditando piamente que o beribéri e outras moléstias haviam sido erradicadas do Quartel devido às obras que lá havia realizado. Em sua última mensagem, ao justificar a necessidade de tais empreendimentos, ele afirma que aquele prédio “devido a defeitos graves na sua construção, estava necessitando de grandes consertos e constituía um foco perigoso e permanente de infecções” (Ibid., p. 142).

Sobre a etiologia das doenças que se manifestavam entre os policiais, é possível entrever textualmente a opinião do Estado, quando, ao afirmar que a água estagnada “subia a mais de meio metro” do lado de dentro do Quartel, Jeronymo concluía que além de prejudicar a solidez do prédio, esse alagamento se constituía em um “campo de cultura de miasmas que ameaçavam permanentemente e alteravam muitas vezes a saúde das pessoas que se viam forçadas a ali

permanecer” (IDEM, p. 143). O presidente do estado deixava bastante claro que a seu ver, o beribéri como as principais moléstias que grassavam na cidade, encontravam explicação na teoria infeccionista.

Quanto à erradicação do beribéri, apesar de ter sido creditada pelo governo às obras do Quartel e entorno, concluímos que ela se deu por conta de uma série de medidas administrativas relacionadas ao funcionamento do órgão, sobretudo ao rancho dos praças. Segundo a mensagem final de Jeronymo Monteiro, até o início de sua gestão, toda a alimentação servida aos policiais – o rancho – era adquirida a partir de uma contribuição financeira arrecadada entre eles. Diante da precariedade do edifício e do iminente perigo de desabamento, os próprios policiais arcavam com pequenas obras e reparos a fim de evitar o agravamento da situação, retirando dinheiro da coleta destinada ao rancho. Com recursos minguados, é possível imaginar que a alimentação servida, provavelmente era insuficiente tanto em quantidade, quanto em qualidade, levando os praças a um quadro de adoecimento em função de carência nutricional.

Considerações finais

Durante todo seu governo, Jeronymo Monteiro estabeleceu uma relação bastante clara entre saneamento, combate a epidemias e desenvolvimento. A reforma do Quartel de Polícia, bem como o aterro do Mangal do Campinho²⁹⁷, estavam inseridos nesta perspectiva. Na mensagem final encaminhada ao Legislativo em 1912, Jeronymo apresenta com orgulho, as reformas empreendidas no Quartel: drenagem no terreno, reparos no prédio, aquisição de mobiliário novo e outras medidas que ele, segundo suas próprias palavras, considerava importantes para “elevar o espírito e o sentimento moral do soldado, despertar-lhe o gosto pelo asseio e correção e tronar-se zeloso no cumprimento de suas obrigações” (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 143).

Apesar de estar na contramão dos principais estudos já realizados na época, essa estratégia de combate ao beribéri, a partir de uma concepção miasmática se inscrevia perfeitamente nos cânones do higienismo de inspiração francesa, um dos pilares de nossa nascente República. O tipo de intervenção urbana realizada pelo

²⁹⁷ Atual Parque Moscoso no Centro de Vitória, localizado a um quarteirão de distância do antigo Quartel de Polícia.

estado a fim de combater possíveis focos de doenças, quais sejam aterros, drenagens, demolições / reformas de prédios antigos não foram realizadas tão somente no Espírito Santo. Tais ações se ancoravam no higienismo do qual se socorreram médicos, arquitetos, engenheiros e governantes com o intuito de transformar as velhas cidades de características coloniais e feições portuguesas em metrópoles modernas, arejadas, higienizadas e portanto, civilizadas.

Referências

ARAUJO, José Carlos Souza. Republicanismo e escola primária nas Mensagens dos presidentes de estado de Minas Gerais (1891 – 1930). *In*: ARAUJO, José Carlos; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Org.). **Escola primária na Primária República (1889 – 1930): subsídios para uma história comparada**, Araraquara: Junqueira & Marin, 2012, p. 100 – 150.

BAPTISTA, Josette. **Consolidação e cotidiano de uma instituição do Império: A Polícia Militar do Espírito Santo (1835 – 1889)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Mensagem dirigida pelo Sr. José de Mello Carvalho Moniz Freire presidente do estado ao Congresso do Espírito Santo**, Vitória: Tipographia do Estado, 1895.

_____. **Mensagem dirigida pelo Sr. José de Mello Carvalho Moniz Freire presidente do estado ao Congresso do Espírito Santo na primeira sessão da quarta legislatura**, Vitória: Tipographia Commercial de Nelson Costa & Comp., 1901.

_____. **Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do estado ao Congresso do Espírito Santo na 1ª sessão da 7ª legislatura**, Vitória: Imprensa Estadual, 1908.

_____. **Exposição sobre os negócios do estado no quadriênio de 1908 a 1912 pelo Exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro – Presidente do estado no mesmo**

período, Vitória: Tip. Nelson Costa, 1913.

FRANCO, Sebastião Pimentel. Cólera e surtos epidêmicos no Oitocentos na Província do Espírito Santo (1855 – 1856). *In*: FRANCO, Sebastião Pimentel, NASCIMENTO, Dilene Raimundo e MACIEL, Ethel Leonor Noia (Org.). **Uma história brasileira das doenças**: volume 4, Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 69 – 89.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro & CARVALHO, Fernando Martins. **Nina Rodrigues epidemiologista: estudo histórico de surtos de beribéri em um asilo para doentes mentais na Bahia, 1897 – 1904**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Vol. VIII (1), Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, mar.-jun. 2001, p. 113 – 132.

LOPES FILHO, José Divino. A etiologia do beribéri: história de uma crônica médica. *In*: GOLDENBERG, P., MARSIGLIA, R.M.G. & GOMES, M.H.A., (Org.). **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p. 270 – 285.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Beribéri: Doença misteriosa no Brasil oitocentista**. *In*: História Unisinos, 18(1), jan. – abr. 2014, p. 158 – 169.

MASTROMAURO, Giovana Carla. **As ações higienistas e a tuberculose em São Paulo (1890 – 1924)**. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 2013.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Parque Moscoso: Documento de vida**. 2 ed. Vitória: IHGES, 2001.

SUETH, José Cândido Rifan. **Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República: De Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892 – 1912)**. Vitória: Flor&Cultura e PPGHIS / UFES, 2006.

VASCONCELLOS, João Gualberto. **A invenção do coronel – Ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Vitória: SPDC / UFES, 1995.